

A redemocratização investigada por meio de cartilhas do movimento Pró-participação Popular na Constituinte: Educação Política e Cultura

Redemocratization investigated through booklets of the Popular Pro-Participation movement in the Constituent: Political Education and Culture

Ozias Paese Neves ¹

Universidade de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

ozias.pn@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4518-8428>

Recebido: 02.02.2020

Aprovado: 25.02.2020

Resumo

Trata da ditadura militar de 1964, período que representa uma das facetas da cultura política autoritária da sociedade brasileira. Até a saída dos militares do governo central em 1985 se deu a partir de diversas frentes de embates, acomodações e cessões entre a elite parlamentar de oposição, a sociedade civil e o governo ditatorial. Aponta textos normativos, atores políticos e práticas do regime de 1964 persistiram no cenário político. Descreve a história político-institucional brasileira e como foi recorrente que os textos constitucionais fossem expressões da disputa político-institucional entre elites oligárquicas locais e projetos normativos centralizadores. Atenta-se especialmente no período entre 1985 e 1988, nas atuações coletivas de movimentos sociais, como o Movimento pró-Participação Popular na Constituinte (MPPC), que mobilizaram milhões de pessoas e fizeram centenas de eventos e coletaram milhões de assinaturas em emendas populares com propostas para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Conclui apresentando resultados parciais de pesquisa descrevendo como essa mobilização foi possível e quais instrumentos foram mobilizados.

Palavras-chave: Movimento pró-Participação Popular na Constituinte; Assembleia Nacional Constituinte; ditadura militar; Democracia.

Como citar esse artigo: NEVES, Ozias Paese. A redemocratização investigada por meio de cartilhas do movimento Pró-participação Popular na Constituinte: Educação Política e Cultura. *Revista Brasileira de Pesquisa Jurídica*, Avaré, v. 1, n. 1, p. 97-117, jan./abr. 2020.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, com estágio de doutoramento sanduíche na *Università degli Studio di Genova* (bolsista CAPES), Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em Licenciatura em História (UTP) e em Bacharelado em Direito (Unicuritiba), Pós-graduação *Lato Sensu* em Processo Civil. Professor do Departamento de História da USP, professor licenciado do Curso de Direito do Centro Universitário do Brasil, ex-professor do Departamento de História da UFPR. Atualmente realiza estágio pós-doutoral em História na Universidade de São Paulo (USP). ozias.pn@gmail.com

1. Introdução

A ditadura militar de 1964 representa apenas uma das facetas da cultura política autoritária da sociedade brasileira.² A saída dos militares do governo central em 1985 se deu a partir de diversas frentes de embates, acomodações e cessões entre a elite parlamentar de oposição, a sociedade civil e o governo ditatorial. No entanto, textos normativos, atores políticos e práticas do regime de 1964 persistiram no cenário político.

Na história político-institucional brasileira, foi recorrente que os textos constitucionais fossem expressões da disputa político-institucional entre elites oligárquicas locais e projetos normativos centralizadores. Nesse quadro, era de se esperar que, quando o Brasil partisse para a elaboração de sua sétima Constituição, houvesse certo descaso ou baixa adesão popular ao processo constituinte. No entanto, entre 1985 e 1988, atuações coletivas de movimentos sociais, como o Movimento pró-Participação Popular na Constituinte (MPPC), mobilizaram milhões de pessoas, fizeram centenas de eventos e coletaram milhões de assinaturas em emendas populares com propostas para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Neste presente texto, buscamos apresentar resultados parciais de pesquisa que investigou como essa mobilização foi possível e quais instrumentos foram mobilizados. Para tanto, direcionamos nosso olhar sobre a *intermediação cultural*³ entre segmentos de uma oposição institucional ao regime - juristas e parlamentares - e movimento sociais de caráter popular numa luta pró-constituinte. Uma chave explicativa de tal configuração

² Este texto é uma versão ampliada de parte de uma pesquisa apresentada na ANPUH de 2015 e publicada nos anais eletrônicos sob o título “De olho na Constituinte: imaginação social, inovações e significados no movimento de participação popular na Constituinte no Paraná (1985-1988)”. A ele foram acrescentadas reflexões desenvolvidas na minha tese de doutorado, defendida em 2017 junto à Universidade Federal do Paraná, intitulada “Imaginários e utopias na passagem entre ditadura e redemocratização: o momento constituinte em cartilhas (1985-1988)”.

³ Para Featherstone, “intermediação cultural” seria um mecanismo de explicação para um público mais amplo de noções que lhes são alheias. Para tanto, “considera a produção acadêmica e artística como um segundo nível cultural, já o público mais amplo se apresenta como outro nível cultural, por isso se consideram os meios de transmissão e circulação junto às plateias e aos públicos, assim como o efeito de retroalimentador deste público (...) A *intermediação cultural* não se limitaria à mera troca de informações entre duas esferas culturais, o intermediário cultural teria um papel de interpretação e de apropriação desses bens culturais”, apud GUARIZA, Nadia. **Incorporação e (re)criação nas margens: trajetórias femininas no catolicismo nas décadas de 1960 e 1970**. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. p. 19-20.

política⁴ se deu por meio de instrumentos pedagógicos elaborados por tais grupos: as cartilhas da constituinte. Assim, o percurso deste texto visa introduzir um olhar sobre esse tipo de fonte, sua relação com a Pedagogia e o Direito, ao tempo da redemocratização brasileira. Entendemos que as cartilhas nos fornecem fragmentos das estratégias utilizadas no período e das filiações dos autores. Esses últimos mobilizaram não só seus valores, mas também os que eles projetavam que seus leitores tivessem, assim como silenciamentos e não ditos. Ao final, trataremos de um estudo de caso sobre uma cartilha produzida pela Igreja Católica na Arquidiocese de Londrina intitulada “Cristão: de olho na constituinte”⁵.

No *Momento Constituinte*, atores políticos do pré-1964 e novos personagens forjados nos anos 1970 e 1980 combinaram as forças de suas tradições de lutas pretéritas com movimentos sociais e populares envoltos na pauta específica da participação popular na nova ANC⁶. Sem o governo militar como inimigo comum, construíram várias estratégias de atuação e acionaram *capitais simbólicos* na disputa de espaços que outrora pertenceram apenas aos políticos e partidos, interlocutores privilegiados da “transição pactuada”, projetada pelos militares⁷. Noutras palavras, o período entre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (1985) e sua promulgação (1988) trouxe algumas peculiaridades muito significativas para tratar do imaginário e dos afetos mobilizados pelos movimentos sociais. Eles decidiram disputar e ocupar espaços na esfera pública, antes reservada aos partidos políticos, à burocracia estatal e, quando muito, aos sindicatos, para operar uma subversão política da ordem vigente e pensar na política pela forma do

⁴ Norbert Elias analisa uma série de configurações de relações de poder em seu modelo de jogos. Interessamos aqui a sua definição de *jogo democrático*: “como o jogo não pode ser controlado pelos jogadores é facilmente concebido como uma espécie de entidade ‘super-humana’. Durante muito tempo é particularmente difícil que os jogadores compreendam que a sua incapacidade de controlar o jogo deriva da sua dependência mútua, das posições que ocupam enquanto jogadores e das tensões e conflitos inerentes a esta teia que se entrelaça”. ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, [2008?], p. 99.

⁵ ARQUIDIOCESE DE LONDRINA. Conselho Arquidiocesano de Pastoral, Movimento Familiar Cristão. **Cristão: de olho na constituinte**. Londrina, [1986?], 16f.

⁶ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 107.

⁷ Esse *capital simbólico* se direcionou a estabelecer a inter-relação entre os grupos detentores de saber jurídico e os movimentos sociais que lutavam por melhores condições de vida e cidadania. “A disposição durável para investir no jogo social como um dos pré-requisitos de qualquer aprendizagem, pode-se supor que o trabalho pedagógico em sua forma elementar se apoia num dos motores que estarão na raiz de todos os investimentos ulteriores: a busca do reconhecimento.” BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil: 2001, p. 68 e 201. Sobre a transição pactuada, vide: LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 205.

dissenso e da perturbação daquilo que está posto⁸. Nessa conjuntura, o MPPC formulou cartilhas com fins pedagógicos direcionados à população, visando esclarecer sobre o processo constituinte e debater propostas para a demanda de direitos e a consolidação de um desenho institucional mais democrático.

Nosso olhar, aqui, se coloca sobre grupos que não pertencem ao Estado, que não são lidos a partir dos seus vínculos partidários, apesar de obviamente existirem, mas que tentamos apanhar no limite entre as suas respectivas visões de mundo e o dilema de como buscar transformá-las em ação política. Entendemos, portanto, que as cartilhas são particularmente interessantes para refletir sobre o tipo de pedagogia e de mobilização de paixões políticas em torno da participação popular, seus valores e projeção de mundo justo. São produtos culturais de caráter político-pedagógico e as tomamos como uma ponte entre os olhares da *Nova História Política* e da *Nova História Cultural*.

Dessa forma, simultaneamente escapamos de uma narrativa histórica de caráter factual e de uma leitura estrutural que deixasse de lado os esforços e as escolhas das personagens envolvidas. Buscamos superar uma análise dicotômica entre ação racional/calculável de atores sociais *versus* a irracionalidade de paixões políticas. Aproximamos nosso olhar de uma *história cultural da política*, buscando itinerários e valores que foram apreendidos, compartilhados e ressignificados pelas gerações de personagens históricos. Entendemos, tal como sugere Serge Berstein, que, em um mesmo país, convive simultaneamente mais de uma *cultura política*⁹. Em razão disso, nosso foco não será na fixidez da *cultura*, mas na concepção de que os comportamentos aprendidos e ressignificados no tempo e no grupo variam, com velocidades diversas¹⁰. Com isso, apesar de as paixões estarem presentes em todos os momentos da vida social, essas sensibilidades são diferentes e mudam em natureza e intensidade segundo as conjunturas sócio-políticas¹¹. Vemos o *Momento Constituinte* como período de uma *unsettle culture*

⁸ Para Rancière, a política seria o “conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea” e se manifesta pelo dissenso. RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 372.

⁹ BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 355.

¹⁰ LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 13. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2000, p. 9. Ver também: CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999, p. 42.

¹¹ ANSART, Pierre. Les affects politiques et leurs gestion. In: _____. **La gestion des passions politiques**. Tradução: Claudia Perdigão Maia Inaias. Lausanne: Editions L’Age d’Homme, 1983, p. 53.

que nos permite investigar valores em práticas político-pedagógicas marcadas por uma grande coerência ideológica e com forte controle sobre as ações¹². As cartilhas também são vestígios que auxiliam na identificação da definição de novas estratégias de seus autores e idealizadores, delineando traços mais precisos para os significados de *cultura política democrática* e de *cultura política da revolução brasileira*, que conviveram entre os anos 1960 e 1980 com intensidade e *imaginários sociais* distintos¹³.

As cartilhas elaboradas pelo Movimento pró-Participação Popular na Constituinte (MPPC) nos permitem investigar de forma não estanque a relação entre a racionalidade e as paixões acionadas, assim, superando a visão dicotômica do fenômeno. Em síntese, “as cartilhas devem ser analisadas como instrumento pedagógico de educação popular, ao mesmo tempo como um dos espaços nos quais estavam sendo construídos os sentidos da luta”¹⁴.

Em seu caráter pedagógico, as cartilhas tentam atuar como porta-vozes do MPPC. Pretendem alcançar *subversões cognitivas*, buscando *converter a visão de mundo* de atores alheios ou avessos ao Direito (usualmente visto por setores populares excluídos como instrumento de dominação pela elite), para uma ferramenta de busca de *reconhecimento* e transformação social¹⁵. Foram instrumentos de uma *intermediação cultural*, decodificando o processo constituinte e tentando construir narrativas acessíveis sobre o tema para que a participação de movimentos sociais organizados e populares, de modo geral, fosse ampliada. Com isso, alargaram a noção de cidadania e de autonomia ao aproximar grupos populares e movimentos sociais da arena de produção dos textos normativos, usualmente típicos do campo institucional.

¹² Para Ann Swidler, os períodos de *unsettle culture* são marcados por uma grande coerência ideológica e forte controle sobre as ações, como se vê no desenvolvimento de estratégias para alcançá-las, ao contrário de períodos marcados pela *settle culture*, mais fechados, encapsulados, com baixa determinação sobre a ação. SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**. v. 51, p. 273-86, 1986, p. 282.

¹³ Segundo Ansart, “Um aspecto essencial permanece negligenciado, aquele que diz respeito à manutenção desses amores políticos e, particularmente, o trabalho de produção e de difusão dos sinais, das mensagens, tendendo ao renascimento desses sentimentos”. ANSART, Pierre. op. cit., p. 53. Neste artigo, delineamos o campo de atuação das cartilhas e suas estratégias, tendo como foco distinguir formas de expressão.

¹⁴ LAVERDI, Robson. **Pelo direito de morar**: experiências de luta por reforma urbana (1980-1988). São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 87. Nesse sentido, ver também: FOASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). **Quem não tem para onde ir, fica onde está**. São Luís, 1981 (16f.), p. 3.

¹⁵ Ver as subversões cognitivas em BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: USP, 1996, p. 18.

2. Por que estudar o *Momento Constituinte* a partir de cartilhas?

Em novembro de 2015, a Câmara de Vereadores de Uberlândia, em Minas Gerais, aprovou, contra o parecer da Comissão de Justiça, uma lei que proibia o ensino da “ideologia de gênero” nas escolas. Em junho de 2016, o vereador Samuel Pereira, do Partido Republicano, começou a distribuir, por conta própria, uma cartilha a fim de “esclarecer” a população, intitulada “Ideologia de gênero – entendendo os riscos que você e seus filhos estavam correndo”¹⁶. Em seguida, a Secretaria de Educação vetou a distribuição dessa cartilha nas escolas municipais argumentando que “jamais permitimos que concepções sectárias, de estímulo à intolerância e à discriminação, de incentivo à cultura do preconceito com as diferenças, sejam mediadas por nossas escolas”¹⁷.

Em 2011, por iniciativa do governo federal, o Ministério de Educação elaborou, junto a uma série de instituições, material pedagógico a ser distribuído nas escolas da rede pública para o combate à discriminação e à violência contra homossexuais, travestis e transgêneros, que ficou conhecido como “kit anti-homofobia”. Após meses de discussão e milhões de reais gastos na elaboração do projeto, o governo cedeu à bancada religiosa do Legislativo, que rebatizara o material com o nome de “kit-gay” e ameaçava criar obstáculos no Congresso ao funcionamento do governo, suspendendo a distribuição do material¹⁸. Dentre o conjunto de argumentos utilizados pelo clero fundamentalista, estava

¹⁶ PEREIRA, Samuel. **Ideologia de gênero** – entendendo os riscos que você e seus filhos estavam correndo. Uberlândia, 2016.

¹⁷ AGÊNCIA ESTADO. Alunos de Uberaba recebem cartilha contra a ideologia de gênero. **Correio de Uberlândia**. Caderno cidade e região, 3 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/alunos-de-uberaba-recebem-cartilha-contra-ideologia-de-genero>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

¹⁸ Marcos Nobre tem uma outra versão: o Planalto enfrentava naquele momento, em maio de 2011, acusações contra o Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, e a bancada religiosa do Congresso ameaçou “convocar Palocci para explicar a evolução de seu patrimônio. Ameaçou ainda obstruir a pauta da Câmara e criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a contratação pelo ministério da ONG que elaborou a cartilha. A presidente determinou que fosse suspensa a distribuição do material. E o partido líder do condomínio pemedebista, o PT, abriu mão naquele momento de uma bandeira histórica do seu programa político”. NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo; Companhia das Letras, 2013, p. 16.

o de que se tratava de “propaganda de orientação sexual” destinada a crianças a partir dos 6 anos de idade sob a alcunha de “ideologia de gênero”¹⁹.

Em 1963, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros^[L]_[SEP] (ISEB) passou a elaborar uma série de livros didáticos conhecidos como *História Nova do Brasil* em que contestavam a história oficial e traziam discussões fundadas em um viés nacionalista e marxista. Logo após o Golpe de 1964, Jacobina Lacombe proferiu um parecer apontando “equívocos e riscos” no material didático, e que a “partir dele foram instaurados IPMs contra os professores e decretadas as prisões de dois deles, outros tiveram que se refugiar fora do país e a sanha repressora apreendeu toda a publicação realizada pelo ISEB com financiamento do Ministério da Educação e ainda a edição privada editada um ano depois do golpe pela Brasiliense”²⁰.

Os três casos acima citados não exaurem a compreensão sobre o funcionamento da Câmara Municipal de Uberlândia, nem do sistema de vetos no *presidencialismo de coalizão*, tampouco da repressão e da censura na ditadura de 1964²¹. Da mesma forma, o estudar as cartilhas da Constituinte não tem como pretensão descrever a cronologia, o funcionamento do MPPC ou da ANC. No entanto, pensamos que esses três instrumentos pedagógicos, tão díspares entre si no tempo e na concepção de política, nos permitem mais do que vislumbres sobre a *cultura política* em que foram gestados. Se pensarmos em *cultura* como comportamento aprendido e em política como *ação*, vemos que as cartilhas são instrumentos culturais de caráter pedagógico e político, permitindo-nos

¹⁹ Um forte conjunto de segmentos conservadores da sociedade tem combatido uma série de discussões pedagógicas sob a argumentação de que visam impedir a ideologização de temas. Sobre isso, ver os debates sobre “escola sem partido”. Sobre o tema, ver: AMORIM, Marina; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a ideologia de gênero do movimento escola sem partido. *Ártemis*, v. 22, n.1. p. 32-42, jul./dez. 2016. Sobre o tema, a Associação Nacional de História, Anpuh, emitiu nota: ANPUH – Associação Nacional de História. **Não ao projeto de lei “Escola sem Partido”**. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3422-nota-da-anpuh-nao-ao-projeto-de-lei-escola-sem-partido>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

²⁰ Para uma análise sobre as tensões em torno da História Nova, vide GIORDANO, Cláudio (ed.). **História Nova do Brasil 1963-1993**. São Paulo: Loyola, 1993 e NEVES, Ozias Paese. **Intelectuais e a ditadura: embates da Revista Civilização Brasileira (1965- 1968)**. Curitiba: Artes & Textos, 2013, p. 133.

²¹ O presidencialismo de coalizão é definição de Sérgio Abranches em que, resumidamente, o presidente da república é eleito com mais votos do que seu partido acaba recebendo nas eleições para o poder legislativo. Isso cria necessidade de uma política de alianças. ABRANCHES, Sérgio Henrique. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: **Dados**, 31(1), 1988, p. 5-33. Para um debate sobre o tema, vide: LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 76, p. 17-41, nov. 2006; NOBRE, Marcos. op. cit., Por fim, em 2018, Abranches atualizou o debate: ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

investigar o *imaginário social* de seus idealizadores e autores, seus itinerários, suas visões de mundo, seus ditos e seus silenciamentos²².

3. Cartilhas como objeto cultural de caráter político-pedagógico

Há uma monumental quantidade de documentos disponíveis sobre o período da constituinte, no entanto, via de regra, as cartilhas foram relegadas a um papel de documentos secundários²³. Com isso, a pedagogia política para participação popular nelas inserida, seus sentimentos e utopias ficaram num segundo plano, como se a história do *Momento Constituinte* pudesse ser revelada apenas via fontes institucionais em uma jornada racional de eventos²⁴. Vemos as cartilhas da constituinte como parte de um conjunto de práticas culturais que compõem um discurso político herético ao atribuírem um papel central à participação popular na elaboração de um novo texto constitucional. Buscam romper com o senso comum sugerindo uma ruptura da ordem ordinária, ao tempo em que demandam um novo *senso comum emancipatório*, introduzindo as práticas e experiências usualmente desprezadas pelo Estado e por sua elite parlamentar²⁵.

Pensando numa discussão sobre as cartilhas, nossas fontes de análise neste texto, buscamos os verbetes de dicionários políticos, filosóficos e de historiadores, que não explicam o que seriam “cartilhas”. Para trilhar o caminho da construção de uma definição, observamos o que dizem alguns de nossos principais linguistas. Para Houaiss, cartilha é: “1) livro que ensina os primeiros rudimentos da leitura; carta do abc”; “2) qualquer

²² CUCHE, Denis. op. cit., p. 42; LARAIA, Roque de Barros. op. cit., p. 12. Sobre a política como ação, vide: ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 220.

²³ Exceção a tal regra foi a dissertação de Eneida Desiree Salgado que, ao analisar a participação popular, dedicou algumas páginas às cartilhas, tomando-as como instrumento de participação. SALGADO, Eneida Desiree. **Constituição e democracia: tijolo por tijolo um desenho (quase) lógico: vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 139 et seq. Pécio Henrique Barroso também dedicou um olhar para a participação popular na Constituinte com foco na eficácia constitucional: BARROSO, Pécio Henrique. **Constituinte e constituição**. Curitiba: Juruá, 1999, p. 127.

²⁴ Esse quadro tem mudado já que Maria Helena Versiani, por exemplo, abordou cartas escritas por populares aos deputados constituintes, trazendo pistas sobre a *cultura política* da época e da dimensão social da constituinte, porém suas fontes são bastante diferentes das cartilhas, abordando a experiência individual, marca da subjetividade de pessoas comuns em suas experiências de vida particulares, não da sociedade organizada em movimentos. VERSIANI, Maria Helena. **Correio político: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988)**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

²⁵ Sobre a ruptura do senso comum, vide: BOURDIEU, Pierre. op. cit., 1996, p. 119. Sobre um novo senso comum emancipatório, vide: SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 358.

compilação elementar”, “3) livrete que contém rudimentos da doutrina cristã”, e, por fim, “4) padrão de comportamento ou maneira de ser”; por exemplo, “ele pensa pela cartilha do positivismo ou pensa pela cartilha do comunismo”²⁶. Por sua vez, Caldas Aulete situa “cartilha” como “diminutivo de carta, livro ou carta para ensinar a ler, compendiozinho de doutrina cristã”²⁷. Em Aurélio Buarque de Holanda, “cartilha” seria restrita a livro para aprender a ler²⁸.

Ao abordar tais definições, Francisca Izabel Pereira Maciel deu destaque para distinções do papel de sujeito, enquanto, no *Aurélio*, se tem uma definição que se aproxima do aluno/aprendiz. As demais são marcadas pelo sujeito professor/instrutor. Chamou-lhe a atenção também que o significado das cartilhas está restrito a ensinar e/ou aprender a ler. Por consequência, nos parece que a leitura do mundo antecederia a escrever a si mesmo²⁹. Devemos estar atentos a essa problemática do ensinar *versus* aprender, particularmente interessante para observar o papel ativo ou passivo que as cartilhas projetam sobre seu público.

Ao pesquisar o banco de teses e dissertações da CAPES relativas ao estudo de cartilhas no Brasil, observamos referências em mais de duas dezenas de campos de estudo, desde as Ciências da Saúde, com especial destaque para a Enfermagem, à Matemática e a seu ensino. Interessaram-nos particularmente os trabalhos de ensino/aprendizagem, Educação, Linguística, Ciências Sociais, Direito e, obviamente, História. Neles, é ressaltado o caráter de que as cartilhas são compilações elementares de ensinamentos, perfeitamente situadas no espaço que o campo da educação reserva a elas, afinal, a definição mais corrente se remete à cartilha como livrete que ensina a ler, cartilhas do ABC. No entanto, os vieses que percebemos nessas abordagens as tomam sob a preocupação de suas aplicações imediatas e as teorias sobre o alfabetizar. Entretanto, podemos tomar as cartilhas como objetos culturais representativos de um tempo, dialogando com a *nova história cultural* e outros instrumentos disponíveis, como a *análise do discurso*. Desse modo, amplia-se o horizonte sobre a definição das cartilhas e,

²⁶ HOUAISS, Antonio. **Enciclopédia e Dicionário ilustrado**. 3. ed. Rio de Janeiro. 1998.

²⁷ CALDAS AULETE, Francisco Júlio de. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 5. ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Delta, 1986.

²⁸ HOLANDA, Aurélio Buarque. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

²⁹ Mais detalhes sobre a discussão sobre as bases metodológicas da alfabetização em: MACIEL, Francisca Izabel Pereira. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. **História da educação**. Pelotas: Asphe/Fae/Ufpel, abr. 2002, p. 149.

assim, podemos buscar alguma compreensão para a segunda definição mais corrente das cartilhas, “livrete que contém rudimentos da doutrina cristã”.

Basta um breve olhar para a trajetória das cartilhas para vermos que não é só a escola, vinculada ou não ao Estado, que se utiliza delas. As primeiras cartilhas portuguesas, que datam do século XVII, combinavam a preocupação do ensinar a ler com as rezas cristãs. Segundo Carlota Boto, “cartilha” seria um desdobramento de “cartinha”³⁰, cujo uso em língua portuguesa, desde o começo da Idade Moderna, servia para caracterizar tais textos impressos com fim explícito de ensinar a ler, escrever e contar. Porém, além de apresentarem usualmente o abecedário, com a construção de palavras e suas subdivisões, traziam consigo “alguns excertos simples com conteúdos moralizadores, quase sempre precedidos de excertos de orações ou de salmos, posto que a religiosidade era a marca daquele ensino primário, que, pouco a pouco, se constituía”³¹. Esse material atendia a alguns grupos privilegiados, era muitas vezes manuscrito, e acabou servindo para os portugueses aprenderem a leitura até o século XIX. Talvez daí possamos sugerir essa segunda vinculação das cartilhas, agora com a Igreja e como uma forma de *modelar condutas*, particularmente no caso português com a Igreja Católica³². Mais adiante, vemos uma particular contribuição dos movimentos vinculados a denominações religiosas ao produzirem cartilhas como exemplificado em *Cristão: de olho na constituinte*³³, que é objeto deste estudo.

Não podemos separar a história das cartilhas, da história cultural cotidiana e política dos lugares de sua produção. Nesse ponto, vimos a influência da história do livro e da recepção da obra de Robert Darnton, que inspirou trabalhos sobre cartilhas com o

³⁰ Na língua portuguesa, o prefixo -ilho/-ilha também dá a ideia de diminutivo mesmo, como “mantilha”.

³¹ BOTO, Carlota. Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 493-511, set./dez. 2004, p. 495.

³² Sobre o modelar de condutas, vide: BOSCHILIA, Roseli T. **Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba 1925-1965)**. Curitiba, 2003. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, p. 5, 139f.

³³ ARQUIDIOCESE DE LONDRINA. op. cit..

modelo teórico de *Circuito de comunicação*: nele, se buscavam produtores, idealizadores, distribuidores e público leitor³⁴.

As primeiras cartilhas devem ter chegado ao Brasil por volta do século XVI, porém não houve avanço significativo na sua produção até o século XVIII devido às restrições portuguesas às atividades na colônia³⁵. Nelson Werneck Sodré, em sua *História da imprensa do Brasil*, atribui ao editor Francisco Alves, em meados do XIX, a construção de um campo editorial em que as cartilhas teriam se desenvolvido³⁶.

A forma vista em Portugal, de ir além da alfabetização buscando também padrões de civilidade e civismo, é destacada por Carlota Boto, em sua análise sobre a cartilha de Caldas Aulete, quando transcreve:

É muito louvável o arranjo e a ordem que Augusto guarda em todas as suas coisas. Quando necessita de algum livro ou outro objeto, vai buscá-lo, e, depois de se servir dele, torna a pô-lo no seu lugar. É muito asseado no corpo e no vestido. Logo que se levanta, lava-se e penteia-se. É ele que escova o fato e o guarda. Quando escreve a lição, nunca suja os dedos com a tinta, nem deita borrões no papel. Amélia é o contrário de seu irmão. Nunca sabe onde tem os livros nem a escrita. É necessário que sua mãe lhe esteja sempre a repetir: Amélia, vai lavar a cara; vai pentear-te. Uma hora depois de a vestirem de lavado, já tem o fato tão amarrotado e sujo que é mesmo uma vergonha, e às vezes até com o seu rasgão. Anda sempre com os dedos cheios de tinta. Não faz escrita em que não deite pelo menos dois borrões. Que diferença de irmãos! Ele, na escola, premiado pelo professor com mui lindas estampas, e em casa pelos pais com muitos bonitos. Ela, pelo contrário, na escola repreendida pela mestra, e em casa pela mãe, e ameaçada já de a prenderem durante as horas de recreio num quarto escuro³⁷.

Portanto, a escola não deveria apenas tratar de ensinar a se comportar, mas formar um leitor comedido, disciplinado, “não demasiado curioso pelo decifrar da cultura impressa”³⁸. Não podemos deixar de perceber uma breve analogia com a metodologia usada por Norbert Elias ao valer-se inclusive de manuais de etiqueta e compilações elementares, tais como cartilhas, para construir sua explicação de mudanças nas práticas

³⁴ Essa advertência de Darnton nos faz situar a cartilha no contexto cultural do seu tempo. Foi por vezes observada nos estudos sobre as cartilhas de alfabetização e deles se observa que o passado das cartilhas educacionais no Brasil se confunde um pouco com a própria trajetória cultural. DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 131. Nesse sentido, Cancionila J. Cardoso procurou analisar como se deu a produção, difusão e circulação do material. CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Cartilha Ada e Edu: da produção regional à circulação nacional (1977-1985). **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54., p. 589-791, jul./set. 2013.

³⁵ MACIEL, Francisca Izabel Pereira. op. cit., p. 148.

³⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994, p. 42.

³⁷ BOTO, Carlota. op. cit., p. 496.

³⁸ BOTO, Carlota. op. cit., p. 508.

cotidianas impressas no processo civilizador e na sociedade de corte³⁹. Afinal, a produção da cartilha, como compêndio elementar, demonstra um esforço daquela comunidade para a apreensão de um conhecimento e um comportamento social esperados, uma *distinção* diante daqueles que não dominam o código da leitura, da etiqueta à mesa ou da participação política⁴⁰.

4. Constituinte como política, organização e democracia nas cartilhas do MPPC

A produção de cartilhas em favor da participação popular na constituinte se deu entre 1985 e 1988. De certo modo, é herdeira do primeiro ciclo dos movimentos sociais vinculados à luta pela redemocratização do país e ao acesso a serviços públicos iniciado no começo da década de 1970 e que se estendeu até 1984. Nas pautas dos movimentos desse primeiro ciclo, estavam a luta pela anistia (1977-8), as greves generalizadas (1978-9), o Movimento Custo de Vida contra a Carestia (1974-1980) e a reivindicação das “Diretas Já” (1984), entre outros. O segundo ciclo foi marcado por um processo de institucionalização dos movimentos entre 1985 e 1989 já dentro da *democracia formal*⁴¹. Esses ciclos estiveram vinculados à derrota política e militar da experiência da luta armada nos anos 1970 e representavam a reconfiguração de táticas de luta, e até mesmo a valores naquele momento em que as esquerdas brasileiras se rearticularam em torno de uma proposta de luta contra o autoritarismo e a carestia.

Tornou-se corrente a defesa da democracia como instrumento de transformação política, e Daniele Forget chegou a concluir que a estratégia da oposição passou pelo discurso da unidade a “fazer com que a ‘democracia’ se transforme no ponto de convergência de um combate contra a desigualdade social, a injustiça e a repressão, a centralização do poder etc, de maneira a constituir uma necessidade indispensável aos

³⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (2v.), p. 169; ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 132.

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2013, p. 34. Lynn Hunt foi além: ao buscar numa fonte não tradicional as mudanças de sensibilidade de uma época, enxergou nos livros epistolares vestígios de uma nova forma de relação e empatia no século XVIII, pressuposto para a “invenção dos direitos humanos”. Noutras palavras, a literatura, em seu caso epistolar, nos daria amostras da mudança de uma sensibilidade e da *cultura política* de um tempo. HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**. Uma história. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 20

⁴¹ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012. p. 186 e p. 405.

valores da Igreja, sindicatos, intelectuais, patronato etc”⁴². No campo do pensamento político, Carlos Nelson Coutinho publicou o texto “Democracia como valor universal”⁴³, em 1979, trazendo impacto ao propor a renovação democrática como alternativa à via prussiana. Esses elementos nos dão pistas de como o uso do conceito de democracia – de forma pragmática, a unir uma colcha de retalhos que era a oposição ao regime - pode ser pensado no cenário geral.

No entanto, a análise das cartilhas nos leva a questionar as explicações homogeneizadoras que apontam a democracia como uma panaceia assimilada pelos movimentos sociais e nos permitem densificar o seu significado. Entendemos que o conceito de democracia deve ser historicizado, e que ele não era uma unanimidade no âmago de vários grupos de oposição. Assim, as cartilhas podem ser tomadas como um esforço de transformação de um valor considerado burguês, liberal ou até mesmo elitista em um instrumento de “reconstrução nacional” a partir das especificidades dos *imaginários sociais* daqueles grupos⁴⁴. Parece-nos que a escolha das terminologias, das imagens e dos seus usos nos dará pistas desse *imaginário e dos efeitos perlocutórios* que almejavam os produtores e idealizadores das cartilhas. Convém lembrar que elas, via de regra, não tinham registro de autoria, restando-nos pensá-las como obras coletivas identificadas com os movimentos sociais, portanto, inseridas dentro dos valores de uma determinada comunidade.

A elaboração de cartilhas da constituinte foi uma estratégia dos múltiplos movimentos em favor da participação popular na constituinte, articulados de modo horizontal pelo Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte (MNPPC), iniciado formalmente em 26 de janeiro de 1985⁴⁵. Assim, havia no MPPC cartilhas de movimentos novos e pouco institucionalizados, como o Movimento de

⁴² FORGET, Daniele. **Conquistas e resistências ao poder**: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984). São Paulo: Edusp, 1994. p. 196.

⁴³ COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9. p. 33-48, mar. 1979.

⁴⁴ Afinal, como adverte Bronislaw Baczko, “em nenhum caminho da sua história, nem mesmo caminhos da revolução, seja ela ‘burguesa’ ou outra, os homens passeiam nus. Precisam de fatos, de signos e imagens, de gestos ou figuras, a fim de comunicarem entre si e de se reconhecerem ao longo do caminho”. BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda Portuguesa, 1985. p. 321.

⁴⁵ VERSIANI, Maria Helena. **Correio político**: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. p. 215. Vide também NEVES, Ozias Paese. A trajetória dos primeiros embates do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte — MPPC (1985-1988): afetos e temores na “transição política”. *Revista Diálogos*, v. 23, n. 3, Maringá, UEM. p. 176-195. 2019.

Defesa dos Direitos dos Favelados (MDDF), até cartilhas produzidas pelo Estado, via Ministério da Desburocratização, passando por partidos políticos, comunidades eclesiais de base, sindicatos, grupos de mulheres etc. Logo, a pauta da constituinte perpassou desde grupos que já existiam e se apropriaram da discussão como forma de ampliar a cidadania até aqueles que foram efêmeros, movimentos populares que centravam esforços na discussão estrita da constituinte. Seu mapeamento nos demonstra que partilhavam de alguns valores, porém, entre elas, havia uma boa dose de diferenciação nas argumentações e nos termos-chave.

Verticalizando nosso olhar para a cartilha *Cristão: de olho na constituinte*, percebemos que não são utilizados os termos “democracia” ou “democrático” nenhuma vez, enquanto boletins do MPPC e outras cartilhas os colocavam textualmente. Para lançar uma luz sobre tal paradoxo, precisamos nos debruçar sobre os demais termos e intentos, afinal, uma análise onomasiológica nos permite dizer que o enaltecimento da participação política, da organização em grupos de pressão e que a oposição ao autoritarismo e à opressão compõem elementos centrais para se pensar que havia uma efetiva defesa da democracia.

A cartilha objeto de recorte para esse texto *Cristão: de olho na constituinte* foi confeccionada pelo Movimento Familiar Cristão - Pastoral Familiar da Arquidiocese de Londrina. Seu formato mescla uma série de imagens, no estilo de quadrinhos, diálogos e textos de caráter didático. Trazia uma estrutura em três partes intituladas: 1) *Bate-papo sobre política*, 2) *Constituinte x Constituição* e 3) *Eleições, Candidatos e Partidos*. Abordava temas sobre atores políticos, organização e participação na política, inclusive com explicações sobre o papel da Igreja, participação e uma espécie de guia para escolha dos candidatos. Cada parte é composta por dois tópicos: *Para refletir* e *Para reuniões de grupos*, substituídos na última parte por *Pistas para ação concreta*.

A linguagem desta cartilha é direta: havia esforço em torno da necessidade da comunidade se aproximar da política, chamando de fracos e acomodados os que “ficam de braços cruzados”⁴⁶ e enaltecia a política como organização para uma sociedade justa, compromisso para alcançar o bem para todos. Ressaltava também o papel que devia ter a Igreja, lançando documentos em defesa dos oprimidos, salientando que ela não tinha

⁴⁶ ARQUIDIOCESE DE LONDRINA. op. cit., p. 3.

pretensões partidárias, mas devia agir, afinal, o reino dos céus deveria começar já nesse mundo e isso se fazia denunciando erros e injustiças.

Também reforçava que ser cristão implica em conversão e mudar de comportamento, assim, política em sentido verdadeiro seria parte da evangelização. Há menções aos excluídos e às maiorias, mas a influência da *Teologia da Libertação* se faz de modo bastante sutil ao longo do texto, sem ênfase à “opção pelos pobres” ou referências aos conflitos de classe, burguesia dominante etc, como se vê noutros boletins e cartilhas do MPPC. O foco da cartilha que analisamos parece enquadrado na justificção de participação da Igreja ao fazer política, sendo “considerada uma parte da Evangelização”⁴⁷, e a fiscalização do processo que lhe competia: o nome da cartilha – *Cristão: de olho na constituinte* – remete a uma *intenção* de controle, conhecimento, acompanhamento e até mesmo de autoridade moral.

Há uma explicação sobre o que é Constituição e de como a constituinte “é um caminho para a constituição”. Os *motivos* subjacentes para realização da cartilha e do discurso pró-participação na constituinte transparecem na relação direta que fazem entre constituinte e política, assim como a reflexão que incitam de que “a política não pode ser feita só pelo grupo dos que sabem e manipulam as coisas. Se não quiser que só eles escolham e decidam, entre você também na roda e apresente sua contribuição como cidadão cristão”⁴⁸.

A última parte, que trata de *Eleições, Candidatos e Partidos*, é bastante elucidativa dos valores que orientam a ação e do uso que pretendem para as cartilhas, já que, além de uma série de instruções sobre o bem votar, também incluem um breve manual informando quais seriam os bons candidatos. Nesse cenário, dois elementos nos chamam a atenção. Primeiramente, a aceção sobre o perfil do candidato *bom cristão* com questionamentos se é a favor da família, quais ideais sobre adultério, divórcio, aborto e amor-livre, chegando inclusive a promover uma inter-relação entre sua vida privada e pública, pois consideravam importante saber “se a vida particular dele é um exemplo que dignifique a família? Se frequenta a igreja ou só nas eleições, tem valores cristãos? Suas posturas contrariam a fé cristã?”⁴⁹. De outro lado, a reiterada exigência de que no perfil do candidato seria necessário ter competência e experiência, ser sempre interessado no

⁴⁷ Ibidem, p. 7.

⁴⁸ Ibidem, p. 9.

⁴⁹ ARQUIDIOCESE DE LONDRINA. op. cit., p. 12.

bem comum, ou seja, ter um certo “histórico”, já ter feito algo de concreto, ser sensível à justiça social atuando de forma concreta pelos marginalizados e excluídos. Percebe-se, aqui, o apelo à experiência e às ações concretas, o que pode ser pareado aos valores religiosos católicos de fé e boas obras. Nesse sentido, vale a explicação de Eder Sader: “nas representações que daí emergiram iria ressaltar um certo tipo de humanismo. Nelas se valorizavam as práticas concretas dos indivíduos e dos grupos em contraposição às estruturas impessoais, aos objetivos abstratos e às teorias preestabelecidas”⁵⁰. Sobre os partidos, a cartilha é lacônica ao dizer que não há tradição partidária; eles são mediadores normais e necessários⁵¹.

A cartilha enfatizava termos como “organização”, “direitos dos excluídos”, “das maiorias e dos marginalizados”, “experiência”, “ações concretas”, “histórico”, “valorização da política como instrumento de mudança da vida das pessoas”, “concessão de direitos”. Como dissemos anteriormente, a grande ausente é a palavra “democracia”. Em toda a cartilha, que tem dezesseis páginas de capa a capa, em nenhum momento a palavra é dita. Também nota-se uma ausência completa de referência a “ditadura”.

Pela análise da fonte, pode-se concluir que seus idealizadores e produtores podem ser lidos a partir do conceito de *ideólogos inovadores* de Skinner⁵², afinal, há um processo, até mesmo didático, de construção da palavra “constituente” como ferramenta de mudança social. Trata-se de reconstruir a associação à ideia de “constituente”: aquele conceito estranho ao meio popular, neutro ou mesmo pejorativo por ser associado facilmente a uma democracia instituída pelo modo burguês, que passa por uma guinada e começa a ser visto não como panaceia, mas como caminho para uma sociedade sem exploração. “Constituente” passa a ser desenhada como política, organização pela ação popular, e isso implicaria numa vida melhor, de modo concreto, para os excluídos, para as maiorias. Se pensarmos a partir da cartilha apenas, poderíamos incluir, ainda, os valores cristãos (contraposição ao aborto, ao divórcio, valorização do bom homem de família etc.), o que demonstra ser uma particularidade desses grupos, especialmente se confrontarmos com as pautas de outras cartilhas, como as dos bancários a enfatizar a

⁵⁰ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 194.

⁵¹ ARQUIDIOCESE DE LONDRINA. op. cit., p. 15.

⁵² SKINNER, Quentin. **Visões da política**. Miraflores: Difel, 2005, p. 207. Sobre a abordagem de Skinner dos ideólogos inovadores ver também POCOCK, John. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Usp, p. 37.

exploração dos gananciosos banqueiros ou a das mulheres a remeter à dupla exploração das mulheres, pelo sistema e pelos “maridos”⁵³.

Desse modo, pode-se concluir que a atuação do grupo de Londrina deve ser considerada a partir de sua inserção num espectro mais amplo do grande guarda-chuvas que foi o MPPC. Denota-se uma transição nas estratégias de luta e reivindicação política. A democracia não se tornara uma panaceia para os movimentos sociais. Dentro da multiplicidade criativa desses grupos, vinculados à pautas apenas parcialmente coincidentes, podemos vislumbrar estratégias diretamente vinculadas ao imaginário social de cada um deles, acionado para estimular uma participação criativa ou, ao menos, como forma de barrar ou vetar a persistência no novo pacto político de concepções contrárias ao seu grupo.

5. Considerações finais

Antes de 1988, não era escrito, não estava claro. Antigamente você falava: eu tenho direito, mas não estava comprovado em lei na Constituição (...) antigamente muito era fora da lei. Você podia fazer o que quisesse. Não tinha ninguém para estar cobrando aquilo. Hoje está em lei tudo aquilo que eu posso fazer. Hoje você tem um livro (a Constituição) que você pode ir lá ver, olha, eu posso fazer isso, posso fazer aquilo. Eu tenho direito perante a lei jurídica, que aquilo que eu posso estar usufruindo, daquele bem. A Constituinte fala mais direto, o direito assim, mais do cidadão mesmo. A lei está escrita. Eu posso ali pesquisar na lei. Olha, eu posso estar usufruindo desse bem. (Entrevista com Moradora de segunda geração do Lar nacional)⁵⁴.

Pode-se sugerir que tais fontes são amostras de ensinamentos para buscar incitar, quiçá modelar, tais condutas políticas. São instrumentos de afetos políticos que introduzem uma rede de significações tratando do passado, do presente e do futuro, comunicando aos grupos destinatários um modelo organizador da nação, estruturante de suas identidades, via *mensagens comoventes*⁵⁵, como explicita Pierre Ansart. Parece-nos que buscam alterar, via debate de ideias, a percepção dos agentes sociais sobre o papel que desempenhavam na sociedade. O povo poderia ser demiurgo dos seus direitos, porque

⁵³ DIEESE – Departamento Intersindical estatísticas e estudos sócio econômicos; FEEBPR – Federação dos Bancários do Paraná. **A Constituição e os trabalhadores**. Curitiba, 1987. (30f.) e BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **Carta das mulheres**. s.d.. Brasília, 1985.

⁵⁴ HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 340-341.

⁵⁵ ANSART, Pierre. op. cit., p. 62.

noutras constituições seu poder fora usurpado. Nesse cenário, não é estranho compreender que, além da educação, tais cartilhas, que envolveriam inicialmente a alfabetização e a formação religiosa, passem a contar com outros entes produtores⁵⁶. Em outras palavras, vimos uma ampliação do uso da imprensa e da linguagem vernacular, constituindo as cartilhas em importante instrumento de construção não só de um tipo de ensino, mas também da delimitação do que é ensinável e como o seria.

Por fim, pode-se dizer que as cartilhas apresentaram-se como importante instrumento político-pedagógico a promover *intermediação cultural* entre grupos de políticos e juristas com movimentos sociais, transliterando parte da linguagem de uns e das lutas políticas de outros. Vendo desse modo, e percebendo a dimensão da mobilização social produzida pelo Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, vimos a passagem do regime ditatorial para uma nova experiência democratizante em 1988. Assim, construiu-se uma complexa interação social com debates em praças e ruas, grupos de discussão de fábricas, assembleias de bairros, movimentos rurais e paróquias dando conta de uma importante mobilização constitutiva de uma cultura política participativa em oposição a um autoritarismo estrutural da sociedade brasileira.

6. Referências

ABRANCHES, Sérgio Henrique. "O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". In: **Dados** 31(1), 1988, p. 5-33.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AMORIM, Marina; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a ideologia de gênero do movimento escola sem partido. **Ártemis**, v. 22, n.1. p. 32-42, jul./dez. 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARQUIDIOCESE DE LONDRINA. Conselho arquidiocesano de pastoral, movimento familiar cristão. **Cristão: de olho na constituinte**. Londrina, [1986?]. (16f.)

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda Portuguesa, 1985.

⁵⁶ HUNT, Lynn. op. cit., p. 20.

- BARROSO, Persio. **Constituinte e constituição**. Curitiba: Juruá, 1999
- BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BOSCHILIA, Roseli T. **Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba 1925-1965)**. Curitiba, 2003. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- BOTO, Carlota. Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 493-511, set./dez. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2013,
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: USP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil: 2001
- BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **Carta das mulheres**. s.d.. Brasília, 1985.
- CALDAS AULETE, Francisco Júlio de. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 5. ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Delta, 1986.
- CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Cartilha Ada e Edu: da produção regional à circulação nacional (1977-1985). **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54., p. 589-791, jul./set. 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson A democracia como valor universal, **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9. p. 33-48, mar. 1979.
- CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DIEESE – Departamento Intersindical estatísticas e estudos sócio econômicos; FEEBPR – Federação dos Bancários do Paraná. **A Constituição e os trabalhadores**. Curitiba, 1987. (30f.)
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, [2008?].

- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (2v.),
- FOASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). **Quem não tem para onde ir, fica onde está**. São Luis, 1981 (16f.).
- FORGET, Daniele. **Conquistas e resistências ao poder**: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984). São Paulo: Edusp, 1994.
- GIORDANO, Cláudio (ed.). **História Nova do Brasil 1963-1993**. São Paulo: Loyola, 1993
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10, ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- GUARIZA, Nadia. **Incorporação e (re)criação nas margens**: trajetórias femininas no catolicismo nas décadas de 1960 e 1970. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- HOLANDA, Aurélio Buarque. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HONNET, Axl. **A luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HOUAISS, Antonio. **Enciclopédia e Dicionário ilustrado**. 3. ed. Rio de Janeiro. 1998.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**. Uma história. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 13. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2000.
- LAVERDI, Robson. **Pelo direito de morar**: experiências de luta por reforma urbana (1980-1988). São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo , n. 76, p. 17-41, nov. 2006;
- LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia**: a experiência do sul da Europa e da América do sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. **História da educação**. Pelotas: Asphe/Fae/Ufpel, abr. 2002.

NEVES, Ozias Paese. A trajetória dos primeiros embates do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte — MPPC (1985-1988): afetos e temores na “transição política”. **Revista Diálogos**, v. 23, n. 3, Maringá, UEM. p. 176-195. 2019.

NEVES, Ozias Paese. **Imaginários e utopias na passagem entre ditadura e redemocratização**: o momento constituinte em cartilhas (1985-1988). 2017. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

NEVES, Ozias Paese. **Intelectuais e a ditadura**: embates da Revista Civilização Brasileira (1965- 1968). Curitiba: Artes & Textos, 2013.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Samuel. **Ideologia de gênero** – entendendo os riscos que você e seus filhos estavam correndo. Uberlândia, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALGADO, Eneida Desiree. **Constituição e democracia**: tijolo por tijolo um desenho (quase) lógico: vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2007,

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**. v. 51, p. 273-86, 1986, p. 282.

VERSIANI, Maria Helena. **Correio político**: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.